

PROCESSO COLONIAL E LUTA INDÍGENA NO TERRITÓRIO CONTROLADO PELO ESTADO BRASILEIRO



PROCESSO COLONIAL
E LUTA INDÍGENA NO
TERRITÓRIO CONTROLADO
PELO ESTADO BRASILEIRO



SUSSUARANA CONTRAINFO

Estima-se que dois terços da população originária da região conhecida como América Latina foi massacrada através da “experiência colonial”. Hoje, só no território controlado pelo Estado brasileiro, são mais de 306 povos indígenas que falam mais de 156 línguas diferentes. Esses povos enfrentaram séculos de dominação colonial, esbulho territorial e tentativas de etnocídio constante. Em geral, seus diferentes modos de viver e de lutar pela recuperação de seus territórios ancestrais foram e são um enfrentamento direto à forma de vida ocidental moderna, baseada na autoridade centralizada, no Estado e no capitalismo.

A chamada história oficial é a história contada pelos herdeiros dos colonizadores. Suas páginas foram escritas sobre o sangue de milhões de corpos alvos do extermínio permanente que há séculos não cessa. Encontra-se a serviço da perpetuação de um regime enraizado no colonialismo, reprodutor de relações de dominação econômicas, políticas, de gênero e de saberes. Assim como nos colégios da Europa as crianças aprendem a história de que a “América Latina” foi “descoberta”, nas salas de aula do sul do território “brasileiro” elas desconhecem a existência da história e da presença indígena nas cidades e no campo que habitam.

No início do processo colonial e de invasão da terra denominada pelos colonizadores como Brasil, estimava-se que a população da região era de dois a oito milhões de habitantes, integrantes de aproximadamente mil etnias diferentes. Nesse contexto, os portugueses que chegaram se apropriaram da terra e consideraram que os primeiros habitantes dela eram não apenas súditos, mas propriedade do rei por direito. Com o Tratado de Tordesilhas - pacto feito entre Espanha e Portugal para evitar conflitos futuros -, os dois países europeus dividiram as terras dos povos originários, reafirmando, ainda, os direitos dos portugueses sobre os novos territórios.

O país nasceu e se construiu sobre o sangue indígena derramado. Esbulho territorial, genocídio, estupros e escravidão disfarçados de “pacificação” foram algumas das táticas utilizadas pelos europeus e logo pelos brasileiros para dominar os povos originários e tomar conta dos seus territórios.

Diversas leis foram criadas para dar respaldo à dominação e morte de quem ousasse se rebelar, como o decreto real de 1587 que afirmava que os indígenas poderiam ser escravizados somente quando capturados em “guerras justas¹”, ou seja, em guerras iniciadas para sufocar as rebeliões indígenas. Partindo da ideia de que essas eram guerras iniciadas pelos indígenas, eram consideradas como “justas” para justificar práticas de extermínio, necessárias então para a segurança e estabilidade do poder colonial.

Muitos rebeldes foram assassinados e os outros tantos convertidos à força em cristãos. Por exemplo, o terceiro governador do Brasil (1558-1572), Mem de Sá, foi responsável pela destruição de mais de 150 aldeias tupinambá que se rebelaram contra a catequese. O objetivo do reinado de Portugal, na época da colônia, era conseguir o controle territorial e implantar as instituições políticas europeias no território conquistado. O rei procurava a “plena e total submissão da população indígena” e os que sobreviveram aos primeiros contatos coloniais deviam ser transformados em “vassalos uteis” da Coroa. Tal empreendimento era chamado hipocritamente de “pacificação”.

TERRA VERMELHO-SANGUE

As epidemias foram outra consequência do contato colonial que resultou no extermínio de milhares de indígenas. Em 1662, uma epidemia de varíola na Bahia matou cerca de 30 mil pessoas, sendo que a maioria eram indígenas reclusos em aldeias missionárias.

Paralelamente, a exploração sistemática da mão de obra indígena possibilitou o desenvolvimento capitalista dos países europeus colonizadores. O trabalho se dava principalmente na extração da madeira da *Caesalpinia echinata*, árvore de até 30 metros de altura, conhecida

1 O termo é oriundo da Roma antiga e empregado no Brasil para justificar a captura, o aprisionamento e a escravização dos indígenas que se recusam a se submeter às autoridades coloniais e ao catolicismo.

também como Pau-Brasil pelo fato de sua madeira e a tinta que escorre dela ser vermelha como brasa. Vermelha como sangue. Foi dessa madeira, atualmente rara de ser encontrada pelas florestas de tão explorada pelas forças coloniais com o uso de mão de obra dos indígenas, que deriva o nome Brasil.

Em relação aos direitos sobre a terra, durante o período colonial todas pertenciam à Coroa que as concedia aos súditos de sua escolha, geralmente soldados ou comerciantes que tinham colaborado na guerra contra os indígenas, tornando-os colonizadores privados e estruturando o que viria a ser a base da propriedade rural latifundiária no Brasil. Os chamados “índios pacificados” passam a habitar terras concedidas pelo monarca às ordens religiosas que eram consideradas como empreendimentos econômicos com o objetivo de consolidação da colônia. As terras que não eram distribuídas e as que seguiram habitadas pelos “índios não pacificados” eram consideradas como estoque.



'Soldados índios da província de Curitiba escoltando prisioneiros selvagens'. Jean-Baptiste Debret, 1834.

A partir do final do século XVI, os indígenas passaram a ser aprisionados nas incursões chamadas “bandeiras” e transformados em escravos. Missões jesuíticas ocuparam os territórios indígenas – principalmente guarani – no sul do país até que em 1605 uma “previsão” declarou que os povos indígenas cristãos ou pagãos deviam ser livres. Em 1663, vários territórios foram tomados por Bandeirantes e os indígenas feitos escravos e levados para engenhos de açúcar no Rio de Janeiro. Alguns anos depois, em 1684, uma lei sancionada estipulou que os indígenas deveriam trabalhar uma semana para o proprietário das terras e outra em benefício próprio, lembrando o sistema feudal.

Embora o combate dos povos originários à invasão colonial tenha sido muito pouco documentado e registrado na história oficial, eles fizeram tremer os poderosos em todos os recantos do território denominado Brasil. No vale do rio São Francisco, território que se estende do leste do Maranhão até o norte da Bahia, passando por parte do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, os então chamados *tapuia* se rebelaram². Nessa região semiárida do Nordeste, a invasão se deu através da pecuária extensiva de bovinos. Em resposta a ela, os indígenas atacavam constantemente as fazendas e plantações do recôncavo baiano. Tal sublevação foi nomeada pelos colonizadores como “guerra dos bárbaros”, “confederação dos Cariri” ou “Guerra do Açú”.

A rebelião durou mais de 70 anos (de 1650 a 1720) e contou com a presença de mais de 37 povos diferentes. A guerra iniciou depois da expulsão dos holandeses do Nordeste açucareiro em 1654. Os colonos portugueses tinham então 2 inimigos para enfrentarem: os quilombolas de Palmares e os guerreiros Cariri considerados “traidores” por terem se aliado aos invasores holandeses. O primeiro episódio da Guerra dos Bárbaros, chamado de Guerra do Recôncavo, ocorreu no interior da Bahia entre 1651 e 1679 gerando os confrontos da serra do Orobó, Aporá e do rio São Francisco. Para combater os rebeldes no interior da Bahia, o governador geral da época, Francisco Barreto de Meneses en-

2 Nessa época os colonizadores classificavam os povos indígenas em 2 grandes grupos genéricos, os tupis e os tapuias. Os tupis reuniam todas as sociedades litorâneas e eram considerados, em geral, mais amistosos e de fácil contato e colaboração. Os tapuias eram o inverso: ferozes, não aceitavam a civilização.

viou duas companhias para reprimir a revolta: os índios aliados que compunham o Terço de Filipe Camarão e os negros do Terço de Henrique Dias. Mas até finais de 1690, os indígenas seguiam vitoriosos, conhecendo muito melhor o território e tendo estratégias de guerra e de guerrilha muito efetivas, sendo estas estranhas aos militares.

“A guerra destes Bárbaros é irregular e diversa das mais nações porque não formam exércitos nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em uma, ora em outra parte, já juntos, já divididos”, descreveu, por exemplo, em 1688 o arcebispo governador do Brasil, frei Manuel da Ressurreição.



Em 1675, Francisco Barreto de Meneses escreveu ao capitão-mor de São Vicente para acertar um contrato com os sertanistas paulistas. Estava convencido de que somente a experiência dos bandeirantes poderia “pacificar” a região. Em 1687, os guerreiros indígenas fizeram uma entrada surpresa, matando o gado dos colonos, destruindo suas fazendas e ajustando os invasores de suas terras.

Usando cavalos e armas de fogo expropriadas dos colonos e negociadas com os piratas os guerreiros indígenas eram inimigos temidos dos colonizadores. Além disso, foi reunindo várias etnias para combater um inimigo comum que conseguiram resistir à empreitada colonial durante tanto tempo. A partir de 1688, com apoio dos bandeirantes paulistas e com a mobilização dos militares contra os indígenas, a repressão se tornou cada vez mais forte. Domingos Jorge Velho³ que já se encontrava no Nordeste para combater o Quilombo dos Palmares, foi convencido a suspender o ataque aos quilombolas e a mudar de rota para enfrentar os Cariri. A guerra tornou-se uma guerra de extermínio contra os indígenas até que em 1692 foi estabelecido um “Tratado de paz”. Por iniciativa do chefe Canindé, dos Janduí, estabeleceu-se uma aliança pela qual estes se comprometiam a fornecer cinco mil guerreiros para lutar junto aos portugueses contra invasores europeus além de certo número de trabalhadores para as fazendas de gado. Em troca, receberiam uma área de 10 léguas quadradas e sua liberdade. O acordo foi antes de tudo uma estratégia de sobrevivência diante da ameaça de extinção de suas populações em uma guerra de longa duração. Porém, o acordo durou pouco. No mesmo ano o governador ordenou várias expedições de extermínio e o comandante do Terço de Filipe Camarão (tropa de indígenas aliados dos colonos) massacrou mais de 400 índios. Contudo, as sublevações dos indígenas seguiram até pelo menos 1720.

Como mostra o exemplo acima, uma das estratégias dos militares que não conseguiam ganhar as guerras contra os indígenas foi a coop-

3 Domingos Jorge Velho foi um caçador de indígena e negros que atuou no Nordeste durante a segunda metade do século XVII. Em 1694 foi contratado pelo capitão-general da Capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro para combater e exterminar o Quilombo dos Palmares.

tação de alguns deles através da chantagem e da tortura. Indígenas “mansos” eram “recrutados” em aldeias missionárias. Caso contrário, se não aceitassem lutar contra os indígenas “bravos”, sertanistas paulistas caçavam as mulheres e filhos e os transformavam em escravos dos capitães. Os sertanistas paulistas também os obrigavam a colaborar, capturando as mulheres, como em 1672, quando partiram para a conquista de 14 aldeias dos “maracás” (maracassus), deixando-as reféns no arraial que haviam feito próximo ao rio Piranhas (situado entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte) .

Na região sul, os Kaingang usaram verdadeiras táticas de guerras contra os invasores dos seus territórios, o que lhes permitiu, por exemplo, retardar em mais de 40 anos a invasão e exploração dos campos de Guarapuava, no atual Paraná, entre 1768 e 1810. Também foram utilizadas táticas de emboscadas e as chamadas *correrias* nas quais expulsavam os invasores dos seus territórios, incendiando as fazendas e saqueando suas casas.

CIVILIZAÇÃO E PACIFICAÇÃO: A SISTEMATIZAÇÃO DO EXTERMÍNIO

Quando o Brasil tornou-se independente, havia uma corrente de ideias que pretendia integrar os indígenas a uma nova identidade nacional. O projeto foi enviado aos constituintes do recém-formado Império, que pretendia catequizar e civilizar os indígenas, mas que não vingou. A Constituição Imperial acabou por não fazer referência ao tema e as questões indígenas foram regulamentadas por “avisos”, geralmente executados pelas autoridades das províncias. Em 1831, uma lei revogou parte da legislação colonial e caracterizou os indígenas como “órfãos” a cargo do Juiz de Paz. É o início do chamado “poder tutelar” que modelará a ação indigenista pelo menos até a Constituição de 1988.

Os indígenas foram desde então considerados como as crianças indesejadas dos invasores que passaram a tentar civilizá-las. Por trás da

máscara da proteção havia uma política sangrenta para pacificar e su-
focar aqueles que não aceitaram submeter-se ao poder imperial.

A partir de 1840 o Regente Imperial Araújo Lima passa a trazer mis-
sionários Capuchinhos para o território dominado pelo Estado brasilei-
ro e em 24 de julho de 1845 é criado o decreto 426, que estabeleceu o
“Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índi-
dios”, mais conhecido como “Regimento das missões”. Esse Regimento
veiu estruturar a política oficial dos aldeamentos que teve como ob-
jetivo, no sul do país, concentrar os indígenas em espaços reduzidos
para liberar as terras para a chegada de colonos europeus e de um
mesmo golpe, pacificar os indígenas.

Anos depois, mais especificamente em 1850, a lei 601, conhecida
como “lei de terras”, é implementada e se constitui como um dos mais
eficazes instrumentos de espoliação das terras indígenas. Essa lei de-
termina que as terras só podem ser adquiridas através de compra e de-
libera também quais são as terras devolutas do Império, tendo como
objetivo proteger os interesses econômicos dos fazendeiros. A política
dos aldeamentos foi uma articulação militar-religiosa que visava a re-
dução, concentração e o controle social, político e espiritual dos indí-
genas. Foi através de estratégias como a doação de bens e alimentos
assim como a garantia de “proteção” que se procurou conquistar os in-
dígenas e os tornarem “aliados” e “mansos”. Porém, muitos grupos se
recusariam e optariam para seguir guerreando contra a colonização
dos seus territórios e contra os indígenas “mansos”⁴. A estratégia do
colonizador de se apropriar dos saberes e práticas guerreiras dos indí-
genas e coagi-los a lutar em seu favor foi um dos motivos da sua vitória
em termos militares.

O fim do século XIX se caracterizou por uma política extramente vi-
olenta disfarçada de caridade e proteção. Enquanto os indígenas
“mansos” recebiam alimentos e diversos bens ao aceitarem serem al-
deados, os que se recusavam eram alvos de brutais perseguições, tor-
turas e massacres. Fazendeiros, com a cumplicidade dos governos
locais, contratavam “bugreiros” e “batedores de mato”, que submete-

4 Para alguns exemplos ver o livro de Lúcio Tadeu Mota “As Guerras dos Índi-
dios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).”

ram os indígenas do sul, chamados então de Botocudos (Xokleng) e Coroados (Kaingang) a verdadeiros massacres. Contudo, a política dos aldeamentos colocou os pilares de uma forma de dominação que até hoje se perpetua: inseriu-se os indígenas numa dinâmica de dependência ao mesmo tempo em que a sua força de trabalho passou a ser requisitada e explorada de forma mais sistemática com o intuito de desenvolver as economias regionais e nacional e inventar uma nação brasileira em detrimento dos modos de viver dos povos originários.

A política indigenista do século XX constitui-se como a terceira onda de colonização sobre os povos indígenas, encabeçada pelo Estado brasileiro através das suas instituições governamentais, notadamente o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) seguido da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgãos federais que foram encarregados de gerenciar, “cuidar” e vigiar essas populações, tornando-as trabalhadores ao serviço da nação e dependentes do sistema capitalista colonial e do Estado. Durante esta época, as populações indígenas foram exploradas pelo Estado que implementou políticas de gestão tutelar, buscando torná-los cada vez mais dependentes de uma administração que, sob a máscara da proteção, instaurou um regime de exploração e perpetuou uma política de extermínio. Durante a época do SPI, apenas entre 1900 e 1957, estima-se que 87 grupos indígenas foram extintos. Este período constitui-se assim como um dos picos maiores de despopulação indígena.

A COLONIZAÇÃO ATRAVÉS DO ESTADO: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (1910-1967)

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN) sob o incentivo do Marechal Cândido Rondon, muito influenciado pela ideologia positivista de Augusto Comte. O militar via na pacificação e na civilização das populações indígenas uma etapa necessária para o desenvolvimento do país.

Amparados pelo governo, os indígenas eram considerados como “susceptíveis de progredir industrialmente”. A tarefa de “modernização” dessas populações não poderia, porém, se realizar sem a incorporação de uma série de normas, valores, costumes e usos “brasileiros”, inseridos em uma dinâmica econômica e política muito alheia às suas referências.

O SPI nasce também após polêmicas relacionadas a debates indigenistas. O alemão Albert Fric indignou-se, em 1908, durante o Congresso dos Americanistas em Viena diante da publicação na revista do Museu Paulista do artigo de Von Ihering no qual o jurista ressalta que:

“[...] Como os Caingangs são um empecilho para a colonização das regiões dos sertões que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão, se não, o seu extermínio”.

Considerando a dificuldade que os Kaingang colocavam na empreitada colonizadora na região sul do país, Von Ihering e seus seguidores afirmavam que os indígenas rebeldes deveriam ser exterminados, contrariamente aos positivistas que, seguidores de Augusto Comte e da filosofia iluminista, acreditavam na integração dos indígenas na sociedade nacional através da sua participação nas atividades produtivas. Porém, como foi revelado pelo Relatório Figueiredo (1967) – documento que se acreditou ter sido queimado durante um incêndio naquele mesmo ano, mas que foi redescoberto em 2012 por Marcelo Zelic no Museu do Índio – o discurso protecionista mobilizado pelo Estado brasileiro em relação às populações indígenas funcionou como uma cortina de fumaça escondendo todo tipo de violência institucional, incluindo abusos de poder, autoritarismo, corrupção, tortura, assassinatos e esbulho territorial, mas também descaso e abandono. Entre 1946 e 1988 foram ao menos 8.350 indígenas mortos em decorrência da ação de agentes governamentais ou de sua omissão, isso contando apenas os casos destacados no levantamento da Comissão da Verdade.

O SPI tinha dois principais objetivos articulados entre si: tornar os indígenas trabalhadores superexplorados e torná-los brasileiros. Para isso, prosseguiu-se com o seu processo de “pacificação”. A violência foi expropriada dos indígenas e passou a ser concentrada nas mãos dos

representantes das instituições que decidiram mobilizar os subordinados para exercê-la contra outros subordinados caso fosse necessário. Assim, a pacificação teve como consequência um fortalecimento da dominação dos colonizadores sobre os colonizados e produziu efeitos talvez ainda mais perversos que durante os primeiros momentos do processo colonial.

Este contexto repressivo trouxe uma grande situação de impotência entre os indígenas que se viram desapropriados da sua autonomia, constrangidos a aceitarem as lideranças escolhidas pelos órgãos estatais por um lado, e por outro, afastados das decisões relativas à organização social, política e econômica nos seus territórios.

A pacificação possibilitou que os órgãos estatais utilizassem o monopólio da violência escondendo-se atrás de uma máscara humanista associada aos ideais civilizatórios europeus. A tortura, os assassinatos, e toda forma de violência imaginável foram aspectos estruturantes da atuação dos funcionários do SPI e tiveram impactos profundos que marcam até hoje corpos e subjetividades além da organização política, social e econômica desses povos. O canto do hino nacional, o juramento da bandeira, a marcha no dia 7 de setembro, o uniforme imposto pela instituição e as partidas de futebol foram utilizados pelos funcionários no intuito de “brasilizar” os indígenas.

Paralelamente, usaram as proibições das manifestações culturais numa tentativa falida de provocar o esquecimento das suas práticas sociais, relacionais e dos seus conhecimentos, pondo limites à sua reprodução. Entretanto, se os funcionários tinham todo o interesse em fazer esquecer as expressões culturais específicas de cada povo, eles não queriam que os indígenas esquecessem que eles eram “índios”. Os indígenas deviam esquecer de suas tradições, mas ao mesmo tempo, era muito importante para o projeto nacional que internalizassem e imaginassem que eram inferiores aos que pretendiam dominá-los. O dilema na construção da nação brasileira é, para citar a antropóloga Alcida Ramos “como dissolver o índio e conservá-lo ao mesmo tempo.”



*Militarização
dos indígenas
Kaingang,
Posto Indígena
Guarita,
anos 1940.*

O processo civilizatório levado a cabo pelo SPI e logo pela FUNAI ataca os indígenas por todas as frentes. Enquanto os estudantes eram disciplinados na escola, seus pais eram explorados nas lavouras coletivas do SPI ou empregados como mão de obra agrícola nas propriedades dos fazendeiros que se instalaram nos seus territórios. Essa articulação entre as diversas frentes colonizadoras concentradas na estrutura do Estado possibilitou desequilibrar de forma sistemática e profunda a organização política, social, econômica e espiritual dos povos originários.

Os escândalos provocados pela Comissão de Inquérito (CPI) realizada em 1967 comprovou inúmeros casos de violência, tortura, assassinatos e abusos de poder contra os indígenas. Nesse mesmo ano, durante a ditadura civil-militar, o SPI foi extinto e, em seu lugar, nasce a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), um novo órgão estatal indigenista que continuou com as mesmas práticas de extermínio e etnocídio que o SPI, sendo até chamada pela imprensa de Funerária Nacional do Índio diante do nível de mortandade indígena causado pelas políticas desenvolvimentistas.

A DITADURA E OS POVOS INDÍGENAS

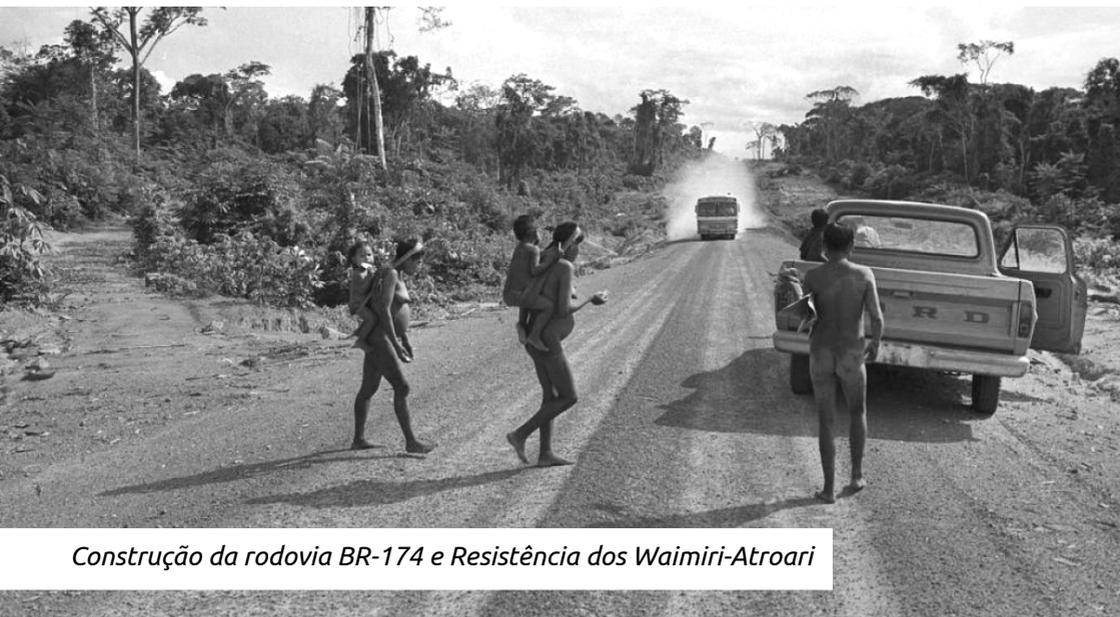
O período da ditadura (1964-1985) foi sangrento também para os povos originários. Em todo o país a Guarda Rural Indígena (GRIN) é criada. Vários presídios, como o Reformatório Krenak em Resplendor e a Fazenda Guarani em Carmésia (MG), foram criados. Nessas cadeias foram presos centenas de indígenas de diferentes regiões com o objetivo principal de treiná-los para que aprendessem a vigiar e reprimir seus parentes. Trabalho forçado nas lavouras, falta de higiene e comida, chicotada por falar no idioma nativo era a rotina dos indígenas que se encontravam submetidos ao regime militar nas cadeias da FUNAI.

Há também relatos de indígenas desaparecidos durante a ditadura, como o caso de Dedé Baenã que habitava o sul da Bahia e que foi levado ao presídio Krenak em agosto de 1969 por um funcionário da FUNAI que o categorizou como um “índio-problema”. Dedé foi preso porque se rebelou contra a instituição, discursando na frente dos seus funcionários e de outros indígenas. Foi levado preso e nunca mais foi visto.



Guarda rural indígena (GRIN). Formatura de 84 indígenas, em 1970, treinados pelo regime militar para realizar repressão nas aldeias.

De forma geral, durante a ditadura, a repressão e a vigilância nas aldeias indígenas se intensificam. Em muitos territórios, eles eram proibidos até mesmo de se afastarem de suas aldeias e os que desobedeciam podiam ser levados presos.



Construção da rodovia BR-174 e Resistência dos Waimiri-Atorari

Um outro fato marcante da ditadura foi a matança de mais de 2.000 Kinja (como se autodenominam os integrantes do povo mais conhecido como Waimiri-Atorari) que habitam a região entre o sul de Roraima e Manaus à margem esquerda do baixo Rio Negro. A partir de 1974, militares utilizaram todas as formas possíveis de massacre contra esse povo, desde bombardeios em ataques aéreos, chacina a tiros, esfaqueamentos, decapitações e a destruição dos seus locais sagrados. Isso em nome do Plano de Integração Nacional (PIN) decretado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que previa uma ocupação de 2 milhões de km² na Amazônia.

Entre 1960 e 1980, três grandes projetos de desenvolvimento favoreceram tal genocídio: a abertura da BR-174 de Manaus a Boa Vista, a construção da hidrelétrica de Balbina e a atuação de mineradoras e ga-

rimpeiros interessados em explorar seu território. O governo militar também financiou atividades agropecuárias por meio dos programas Polo Amazônia e Proálcool. Entre 1972 e 1983, a população Waimiri-Atroari passou de 3.000 a 350 sobreviventes. Além dos Waimiri-Atroari, os povos Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga, Nambikwara entre muitos outros foram atingidos pela abertura de estradas como a Transamazônica (de Belém a Brasília) e a Perimetral Norte, inclusive através de expedições de extermínio com a participação do poder público.

Porém, os anos 1970 foram marcados também pelo surgimento de várias recuperações territoriais (retomadas) e pelo nascimento das primeiras organizações indígenas. Em abril de 1974, realizou-se em Diamantino, Mato Grosso, a primeira de dezenas de assembleias que resultaram, em 1980, na formação da União das Nações Indígenas (UNI). Em 1978, no sul do país, a emblemática retomada de Nonoai pelo povo Kaingang, liderada por Nelson Xangré, marcou os espíritos guerreiros e deu seguimento a várias outras na região sul do território controlado pelo Estado brasileiro.



Retomada de Nonoai, 1978

Um outro grande guerreiro kaingang, Ângelo Kretã, que lutava pela recuperação de suas terras no Paraná, foi assassinado num “acidente de carro” envolvendo três militares no município de Mangueirinha (PR). Já o Guarani Marçal de Souza Tupã I, que desde o início da década de 1970 denunciava a invasão e a exploração de madeira nas terras de seu povo no Mato Grosso do Sul, foi assassinado dentro de casa por pistoleiros em 1983, no município de Antônio João (MS).

Na mesma época, no decorrer dos anos 1970, os Kayapó após serem traídos pelo governo que tinha conspirado com grileiros, imobiliárias e fazendas para cortar toda uma seção do Parque do Xingu e vendê-la para particulares, defenderam seu território com a luta armada. Mais de 50 invasores e grileiros brasileiros foram mortos em assaltos realizados pelos Kayapó contra posseiros, caçadores de peles, pescadores e fazendeiros.

Com o fim da ditadura civil-militar e a transição para a democracia, em 1988 foi instaurada a nova Constituição, que contou com a participação de vários indígenas como Ailton Krenak, o que acabou por garantir, ainda que de modo limitado, os direitos territoriais, de usos e costumes tradicionais aos povos indígenas. Nesse mesmo contexto, a partir dos anos 1990 surgiram diversas organizações regionais, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). As regiões Leste e Nordeste foram marcadas por fortes ações de retomada de terras do latifúndio controlados historicamente por coronéis. Em 1995, os povos indígenas dessas regiões decidiram criar a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, APOINME.

No sul do território controlado pelo Estado brasileiro, os povos Guarani recriaram a Aty Guassu, conhecida como “Grande Reunião” que acontece anualmente. Ela é entendida por eles como: *“um passo para nos organizar melhor, ter mais força e esperança para enfrentar todos aqueles que querem continuar dominando e oprimindo nosso povo. Povo que se encontra confinado em pedacinhos de terra”* (Aty Guassu realizada em dezembro de 2004 na aldeia Amabai no Mato Grosso do Sul).

Em 2006 é criada a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL), um ano após a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), rede nacional do movimento indígena, que surge em 2005 durante o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília.

NA DEMOCRACIA O ESTADO E O CAPITAL TAMBÉM ASSASSINAM

O reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas pela Constituição foi acompanhado simultaneamente pela violência ligada à expansão do capitalismo colonial, que se disfarçou no conceito de desenvolvimento. Só entre 1987 e 1993, a invasão garimpeira nos territórios Yanomami massacrou mais de 1.500 pessoas. Entre os casos, um dos mais conhecidos é o massacre da Maloca Haximu. Após uma série de conflitos entre Yanomami e garimpeiros, 2 yanomami acabaram assassinados. Em resposta, eles reagiram, matando um garimpeiro e ferindo gravemente outro. Frente a isso, os garimpeiros do rio Taboca decidiram matar todos os moradores das duas malocas da comunidade de Haximu, onde viviam 85 pessoas. Tal operação foi patrocinada e provavelmente encomendada pelos então 4 principais empresários dos garimpos da região, levando a morte de 16 Yanomami.

São muitos os indígenas que foram assassinados em tempos de democracia lutando por seus territórios e modos de ser e viver. Entre eles podemos citar Xicão Xucuru em 1998, Galdino Pataxó que foi queimado vivo na cidade de Brasília no ano 2000, Aldo Macuxi assassinado a tiro em 2003, a criança Vitor kaingang, de 2 anos, que foi degolada na rodoviária de Imbituba em Santa Catarina no ano de 2015 entre muitos outros...

Em resposta a guerra prolongada do Estado contra os povos indígenas, eles também revidam, para se proteger e defender seus territórios das garras desses megaprojetos ditos de “desenvolvimento” que se desenvolvem algo, é apenas desigualdade e miséria.

Contra a usina Belo Monte, inicialmente um empreendimento da Eletronorte na terra antes conhecida como “Kararaô”, os indígenas se mobilizaram para impedir a devastação dos rios com os quais convivem. Logo o projeto passou a ser propriedade do consórcio Norte Energia, sendo em maioria propriedade do governo.



Tuíra aponta facão em direção ao chefe da estatal ELETRONORTE enquanto solta o grito de guerra 'Tenotã-mô', em 1989.

A empresa Vale também possui 5% do empreendimento, pois Belo Monte serve de fonte de energia elétrica para as operações de mineração da mesma empresa no Pará. Em 2014, as mobilizações se intensificam contra Belo Monte e tanto os pescadores quanto os indígenas decidem radicalizar a luta. Trancam a BR e queimam ônibus no intuito de pressionar o governo a abandonar o projeto. Porém, mesmo durante as mobilizações pacíficas, a polícia os recebeu com bala de borracha e bombas de estilhaço.

Para citar outro exemplo, em 2008, os Enawenẽ Nawẽ se rebelaram contra os empreendimentos do Consórcio Juruena Participações Ltda

que pretendia instalar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no rio Juruena no Mato Grosso. Os canteiros de obra foram incendiados, 12 caminhões destruídos assim como os alojamentos e o escritório da empresa. O conflito começou em 2002 quando a empresa Maggi Energia, controlada por sócios do então governador do Mato Grosso Blairo Maggi, apresentou interesse em instalar nove PCHs e duas usinas hidrelétricas (UHE) no rio. Em 2007, os Enawenẽ Nawẽ já tinham ocupado o canteiro de obras reivindicando estudos independentes sobre os impactos desses empreendimentos. Tais estudos nunca foram realizados e as obras foram continuadas. Após a liberação da construção, os empreendedores costuraram um acordo de compensação financeira. Indígenas de várias etnias fecharam um acordo de 6 milhões, mas o povo Enawenẽ Nawẽ não aceitou o sabendo que era prevista a construção de mais de 77 empreendimentos hidrelétricos no rio Juruena.

Em junho de 2013, em protesto contra a construção de hidrelétricas no rio Tapajós, os Munduruku sequestraram e logo expulsaram pesquisadores da Eletrobrás do seu território além de confiscarem seu material de trabalho. Uns dias depois, os guerreiros ocuparam a câmara municipal de Jacareacanga no sul do Pará exigindo apoio dos vereadores na defesa do rio Tapajós.

Esses exemplos nos lembram que os povos originários não pararam de se levantar contra os projetos de morte implementados pelos governos, seja de direita ou de “esquerda”. São muitas mais as repostas e mobilizações dos indígenas, sejam eles pontuais ou oriundos de articulações mais amplas.

SOLIDARIEDADE, AUTODEFESA E CONSTRUÇÃO COLETIVA... O TECER DO CAMINHO CONTRA AS INVESTIDAS DO CAPITAL E DO ESTADO

A partir de 2019, a violência contra os povos originários só aumentou. Para dar alguns exemplos, em 2019, em apenas 4 meses, 5 Guajajara foram assassinados. Em 1 de dezembro Paulo Paulino, guardião da floresta foi encontrado morto dentro da Terra Indígena Arariboia. Uns dias depois, no dia 7 de dezembro, as lideranças Firmino Prexede da aldeia Silvino da TI Cana Brava e Raimundo Benício, da aldeia Descendência, da TI Lagoa Comprida também foram assassinados. Uma semana depois, o jovem de 15 anos, Erisvan Guajajara foi encontrado esquartejado na sede do município de Amarante. Em março de 2020, Zezico Rodrigues foi alvejado por um tiro de espingarda quando retornava a sua aldeia de motocicleta. No dia 17 de novembro deste ano, José Vane, também Guajajara, de 26 anos, morador da aldeia Januária na Terra Indígena Rio Pindaré no Maranhão foi atropelado por um caminhão que o deixou caído na beira da estrada. Após ter o atendimento negado em dois hospitais, o jovem veio a falecer. Em fevereiro de 2020, o jovem professor Isac Tembé que morava na Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará, foi assassinado pela Polícia Militar após um filho do dono da fazenda ter telefonado à polícia denunciando um roubo de gado.

A violência colonial e patriarcal perpetuada nos territórios controlados pelo Estado brasileiro não atinge apenas as lideranças indígenas homens. Mulheres, meninas, crianças e pajés também foram brutalizados nos últimos anos. Em agosto de 2020, a jovem Kaingang Daiane Sales, de 14 anos, foi encontrada morta perto da Terra Indígena Guarita, no Rio Grande do Sul, com o corpo dilacerado após ser estuprada e morta por estrangulamento por um homem de 33 anos na cidade gaúcha de Redentora. No estado de Roraima, no dia 12 de outubro de 2021, duas crianças yanomami foram mortas na Terra Indígena Yano-

mami. Os dois meninos brincavam nas margens do Rio Parima quando foram sugados pelo maquinário usado por garimpeiros na região e depois arrastados pela correnteza, conforme relato do Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana. Ambos morreram afogados. Além disso, só em 2021, foram incendiadas mais de 7 casas de reza nos territórios dos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Os Guarani Kaiowá também são alvos de violência de parte dos pistoleiros a mando do agronegócio, e as ameaças de morte contra os pajés e rezadores considerados como a força espiritual desse povo são recorrentes.

As invasões nas Terras Indígenas por parte tanto de garimpeiros, madeireiros, fazendeiros como da polícia (em muitos casos, aliada desses últimos), além do fortalecimento da penetração cada vez maior de igrejas evangélicas se tornou cada vez comum nos últimos anos. No dia 16 de novembro de 2021, a PM invadiu a Terra Indígena Raposa Serra do Sol jogando bombas de gás lacrimogêneo e granadas de estilhaço nos integrantes da comunidade. Os PMs queriam destruir a barreira sanitária instalada pelos indígenas para impedir a entrada de garimpo e da COVID-19 na aldeia. 5 indígenas ficaram feridos. Felizmente, um policial também se feriu e a viatura da PM foi depredada.

No dia 18 de novembro, 20 integrantes do povo Akroa Gamella foram presos pela PM que invadiu seu território a mando da empresa Equatorial Maranhão, que pretende construir uma linha de transmissão de energia dentro deste território tradicional. Na chegada dos empresários e dos seus jagunços, os Gamella os impediram de dar prosseguimento às atividades de sondagem e bloquearam a instalação das torres de transmissão de eletricidade que iriam cortar a TI Taquari-tiua. Dos 20 Gamella presos, ainda hoje (dia 19 de novembro), 8 seguem na prisão do município de Viana (MA). Já em 2017 os Gamella sofreram investidas em seu território por parte de jagunços que feriram pelo menos 13 indígenas, deixando 2 pessoas mutiladas com golpe de facão e 4 baleadas. A Teia dos Povos do Ceará publicou uma nota de solidariedade com o povo Gamella na qual destaca que: *“O estado, mesmo que vista roupa de esquerda, age para retirar nossos direitos e entregar nossas terras para os grandes empreendimentos.”*

Os levantes indígenas pela recuperação dos seus territórios, culturas e práticas sociais e rituais provocaram respostas por parte do poder econômico, político e religioso, que entendem neles diferentes ameaças ao sistema, pois as autonomias (territoriais, políticas e econômicas) que os povos indígenas almejam recuperar colocam em cheque séculos de dominação colonial, exploração e dependência.

Paralelamente à atuação do Movimento Indígena organizado em torno da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), numa luta direcionada sobretudo à defesa dos seus direitos territoriais e por reconhecimento de parte do Estado brasileiro, as comunidades se organizam local e regionalmente para defender e/ou recuperar seus territórios invadidos por garimpeiros, madeireiros, empresas de mineração e pelo agronegócio. Em 2014 nasce a Guarda de Autodefesa Ka'apor (Maranhão), que defende seus territórios de madeireiros. Entre 2013 e 2014, fecharam 24 ramais de madeireiros nos limites daquela terra indígena e hoje seguem criando Áreas de Proteção Ka'apor.



Em todo o território controlado pelo Estado brasileiro, vários povos indígenas como os Kaingang, Mbya-Guarani, Guarani Kaiowá, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá, Tupinikim, Potiguara Munduruku, Kulina, Kaxinawá, Waiãpi, entre outros estão multiplicando as iniciativas de retomadas (recuperação territorial) e/ou autodemarcação.

Nestes territórios em processos de recuperação surgem projetos de vida comunitária que buscam subverter o que o Estado brasileiro historicamente impôs a essas populações. São repensadas formas de organização política, relações com a terra e os territórios, acontecem conversas e questionamentos em torno da despatriarcalização das relações, bem como a recuperação da vida ritual.

É a partir da ferida colonial, da memória do esbulho territorial e do seu contínuo enfrentamento que as retomadas surgem e se consolidam. Mas é também brotando dos vínculos profundos que esses povos mantêm com seus ancestrais através da sua espiritualidade que os processos de retomadas se fortalecem, mesmo num contexto tão adverso como o dos últimos anos.

Afinal, os povos originários têm sido os poucos que se mobilizaram e bateram de frente contra o governo Bolsonaro, realizando múltiplos encontros e manifestações tanto em Brasília, quanto nos bloqueios das estradas do país ou ocupando prédios e espaços públicos, além de cuidar e defender seus territórios dos invasores.



Guaranis da Terra Indígena do Jaraguá (SP) ocupam antena contra o Marco Temporal. Junho de 2021.

POR UMA SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS, POR UMA ARTICULAÇÃO ENTRE POVOS QUE LUTAM

Esta pequena apresentação do contexto histórico e atual das lutas travadas pelos povos originários nos territórios ainda controlados pelo Estado brasileiro tem como objetivo apresentar brevemente as especificidades do processo colonial no Brasil e as estratégias desenvolvidas pelos povos indígenas para subvertê-lo. Mesmo tendo suas particularidades e suas repostas específicas por parte de cada povo, grupo ou até indivíduo, a colonização, berço do capitalismo e do Estado-Nação na região chamada de América Latina estruturou e segue estruturando a dominação sobre os territórios e quem os habita.

A luta pela vida levada a cabo pelos povos originários é a luta da memória contra o esquecimento. E a memória nos traz essa história compartilhada em todos os territórios de Abya Yala. Uma história de muita luta, de resistência, ofensiva, e sobretudo persistência. Persistência em não aceitar se render ao colonizador, em não desistir das formas de ser, viver e sentir que se opõem à forma de vida ocidental moderna. A autonomia almejada pelos povos que lutam em territórios recuperados ou em processo de recuperação das garras dos capitalistas, dos fazendeiros, das corporações, das madeireiras, das empresas de turismo e da especulação imobiliária, é uma luta constante, com suas tensões e contradições.

O intuito desta breve apresentação é abrir um caminho de entrelaçamento das lutas por terra e território, que se enraízam em um combate cotidiano ao capitalismo e ao Estado. Essas lutas são encabeçadas pelas filhas e filhos de quem lutou contra os colonizadores no primeiro período da invasão colonial, e é com os e as que seguem combatendo a perpetuação de um modelo de sociedade hierarquizado e baseado na ganância e no individualismo – em sua diversidade de táticas e estratégias – que queremos caminhar.

PROJETOS DE LEI QUE AMEAÇAM OS TERRITÓRIOS E OS POVOS ORIGINÁRIOS (INFOS RETIRADAS DO SITE DA APIB).

PL 490/2007 - Marco Temporal

Autor: Deputado Federal Homero Pereira – PR/MT

O PL 490 estabelece que as Terras Indígenas serão doravante demarcadas através de leis, ou seja, para cada Terra Indígena a ser demarcada deverá ser criada uma lei específica. Este projeto de lei se articula com a Tese do Marco Temporal – que estava em pauta no Supremo Tribunal Federal mas que acabou ainda não sendo votado – que determina que as terras em processo de demarcação ou as futuras a serem recuperadas devem comprovar a ocupação no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal tese ignora assim o esbulho histórico dos territórios dos povos originários assim como a violência colonial que estrutura a construção deste país. Além disso, a PL 490 abre (ainda mais) as portas para invasões de madeireiros, garimpeiros, e todo tipo de projetos de exploração dos territórios para grandes empresas e corporações ligadas principalmente ao agronegócio e a mineração.

PL 191/2020 - PL da Mineração

Autor: Governo Bolsonaro

Esta PL visa permitir a mineração industrial e artesanal, a geração hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala nas Terras Indígenas, removendo o poder de veto dessas comunidades sobre as decisões que impactam suas terras. Se aprovado, o projeto, levará ao aumento do desmatamento, das invasões de terras indígenas e da violência contra esses povos. Além disso, vale mencionar que desrespeita a legislação nacional e internacional que assegura

direitos fundamentais como o direito originário de ocupação tradicional das terras e territórios, o direito de posse e usufruto exclusivo, e o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre quaisquer medidas administrativas e legislativas que afetem povos indígenas

PL 2633/2020 e PL 510/2021 - Grilagem de Terras

PL 2633/2020 – Autor: Deputado Federal Zé Silva – SOLIDARIEDADE/MG e PL 510/2021 – Senador Irajá (PSD/TO)

O PL 2633/2020 busca legitimar áreas de grilagem ampliando o tamanho de áreas passíveis de regularização, contemplando médios imóveis rurais na regularização fundiária, sem nenhuma argumentação técnica para tal expansão. Já o PL 510/2021, não só amplia o tamanho das áreas passíveis de regularização, contemplando grandes áreas (até 2.500 hectares), como pretende alterar mais uma vez a data limite para que invasões de terras públicas sejam legalizadas, passando o prazo de 2011 para 2014. Ambos os projetos de lei não trazem benefícios para combater a grilagem e o desmatamento, aumentam o risco de regularizar áreas em conflitos em favor de quem as explora.

PL 3729/2004 (agora no Senado como PL nº 2159/2021) - Licenciamento ambiental

Autores: Deputados Luciano Zica – PT/SP, Walter Pinheiro – PT/BA, Zezéu Ribeiro – PT/BA e outros.

Tramita em conjunto do PL 2633/2020 e do PL 510/2021. Enfraquece os requisitos para o licenciamento ambiental, isenta 13 tipos de atividades impactantes do licenciamento e permite o “autolicensing” para uma série de projetos. Se aprovado, pode resultar na proliferação de tragédias como as ocorridas em Mariana e Brumadinho (MG), no total descontrole de todas as formas de poluição, com graves prejuízos à saúde e à qualidade de vida da sociedade, no colapso hídrico e na destruição da Amazônia e de outros bioma.

Nos últimos meses a mobilização dos povos originários contra esses projetos de lei e em particular contra o Marco Temporal que iria ser votado no STF se intensificou. Em finais de junho, mais de 6.000 indígenas se reuniram em Brasília para pressionar o governo. Acamparam num local próximo à esplanada dos 3 poderes exigindo que se retirassem da pauta do congresso a PL490 além de protestar contra o Marco Temporal. Além de serem recebidos com balas de borracha e gás lacrimogêneo, o STF, com o maior desrespeito à mobilização indígena, adiou a votação do Marco Temporal. Em finais de agosto, uma outra grande mobilização aconteceu novamente em Brasília, dessa vez acompanhada pela segunda marcha das mulheres indígenas. Em várias cidades locais próximos às Terras Indígenas os povos também se mobilizaram, fechando estradas, ascendendo barricadas e fazendo vigílias. Ainda assim, o STF suspendeu a votação, até hoje sem nova data prevista para a realização do julgamento.



SUSSUARANA.NOBLOGS